

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
4º Período Manhã
Contabilidade Avançada
Direito Tributário
Introdução à Ciência Atuarial
Planejamento e Gestão Governamental
Teoria Básica da Contabilidade
Sistemas Contábeis I

CONTABILIDADE APLICADA ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Belo Horizonte
18 maio 2015

CONTABILIDADE APLICADA ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Trabalho apresentado às disciplinas Contabilidade Avançada, Direito Tributário, Introdução à Ciência Atuarial, Planejamento e Gestão Governamental, Teoria Básica da Contabilidade e Sistemas Contábeis I; do 4º Período do Curso de Ciências Contábeis Manhã do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Professores: Amaro da Silva Junior
Cristiano Moreira da Silva
Fátima Maria Penido Drumond
Marcilio Nascimento Soares
Sabino Joaquim de P. Freitas
Sérgio Ribeiro da Silva

Belo Horizonte
18 maio 2015

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DAS PME'S.....	5
3 CONTABILIDADE PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	7
3.1 Características qualitativas das informações contábeis, atendendo as PME's.....	7
3.2 Conjunto das demonstrações contábeis.....	8
3.3 Plano de contas	9
3.4 Escrituração	10
3.5 Sistema Público de escrituração Digital - SPED.....	10
4 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL (SIC) NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME'S)	11
4.1 ERP - <i>Enterprise Resources Planning</i>	12
5 TRIBUTAÇÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.....	13
5.1 Lucro real, lucro presumido e lucro arbitrado.....	14
3 ESTUDO DE CASO EMPRESA ALFA PEÇAS DIESEL.....	15
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

As Ciências Contábeis tem como objetivo informar sobre o patrimônio; à medida que a sociedade foi evoluindo, se desenvolvendo e tornando-se mais complexa o mesmo aconteceu com a forma de acumular e riquezas e a necessidade de mensurá-las. A contabilidade acompanhou esse processo. A Contabilidade gera informações sobre vários aspectos e componentes de geração de riqueza, ou seja, a Contabilidade auxilia na compreensão do patrimônio. (Gimenez e Oliveira, 2011, p. 2).

O conhecimento de contabilidade permite uma visão mais ampla do mundo dos negócios, e recentemente há uma convergência internacional de forma a universalizar e padronizar a Contabilidade. Com a globalização da economia, na contabilidade surgiu a necessidade de um padrão contábil mundialmente aceito que possibilitasse maior transparência e comparabilidade das demonstrações contábeis, em resposta a essa demanda criou-se um conjunto de normas internacionais de contabilidade, que vem sendo adotadas por diversos países, inclusive o Brasil. O CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis é no Brasil é o responsável pela emissão de pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações técnicas contábeis no Brasil em conformidade com o conjunto de normas contábeis internacionais. Em 1º de janeiro de 2010 entrou em vigor o CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – que dispõe sobre a forma como devem ser guiadas as práticas contábeis das PMEs. Espera-se do atual e do futuro profissional de Contabilidade que, atuarem nas PMEs que este tenha o conhecimento e domínio das normas contábeis referentes às PMEs.

As empresas quanto ao porte podem ser consideradas microempresas, pequenas empresas, médias empresas ou grandes empresas. No Brasil tem ainda a figura do Microempreendedor individual. Independente do tamanho da empresa deve-se reconhecer a necessidade da contabilidade como importante ferramenta de informação e gestão.

O presente trabalho tem objetivo desenvolver a temática da contabilidade aplicada às pequenas e médias empresas as chamadas PMEs. Abordando de forma sucinta seus principais conceitos e características. Assim como a contribuição das diversas disciplinas do Curso de Ciências Contábeis para a aplicação eficiente e eficaz da Contabilidade as PMEs. Assim como a necessidade dos atuais e futuros profissionais contábeis, terem o conhecimento de aspectos específicos, às pequenas e médias empresas. E é de suma importância devido ao papel das pequenas e médias empresas para o desenvolvimento econômico do país.

Reis e Campos (2007), afirmam que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos gestores no processo decisório deve-se a falta de informações e que estes, na sua maioria, não utilizam os dados contábeis devido a sua complexidade. As pequenas e médias empresas têm um potencial enorme de crescimento, porém muitas ainda vêm sofrendo dificuldades administrativas, pois a Contabilidade apenas cumprem as obrigações fiscais, não procura auxiliar, os sócios das empresas com todas as ferramentas que pode proporcionar. Por isso é importante entender as principais características e aspectos singulares das pequenas e médias empresas para melhor atendê-las, e fornecer informações contábeis úteis e adequadas.

As pequenas e médias empresas caracterizam-se pelo alto nível de incerteza em seu ambiente, influenciado por mudanças extremamente rápidas, o que dificulta ainda mais o gerenciamento de empresas que não possuem uma visão estratégica – característica de muitas delas – as quais, portanto, não percebem a necessidade de buscar possibilidades futuras. A Contabilidade tem capacidade de gerar informações que auxiliem na gestão e perpetuidade da empresa. Os empresários das PMEs devem exigir mais dos contadores, uma maior responsabilidade na gestão do negócio. E que passe a gerir informações tanto financeiras quanto gerenciais, a primeira voltada para os usuários externos e a segunda voltada para os internos.

Observando as características qualitativas da informação contábil que atende as PMEs em consonância com os Princípios da Contabilidade, que são o Princípio da Entidade, o Princípio da Continuidade, o Princípio da Competência, o Princípio da Prudência, o Princípio da Oportunidade e o Princípio do Registro pelo Valor Original.

Quanto à metodologia utilizada para o desenvolvimento deste, em um primeiro momento foi feita a pesquisa bibliográfica de várias fontes escritas e a delimitação dos principais aspectos a serem abordados, e então foi feita a leitura e análise do referencial bibliográfico. E posteriormente a discussão e elaboração deste. Para melhor expor a contabilidade como instrumento essencial no desenvolvimento, crescimento e sobrevivência das pequenas e médias empresas, tem-se o caso prático da Empresa Alfa Peças Diesel.

2 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DAS PME'S

As pequenas e médias empresas são empresas com características próprias, a delimitação do segmento das pequenas e médias empresas é diversificada, fixados pelos Estados ou regiões administrativas, entre outros, a maioria aborda como característica fundamental o número de empregados e/ou o faturamento. Segundo SILVA (2013) o SEBRAE classifica como empresa de pequeno porte aquelas cujo número de funcionários vai de 20 a 99 tratando-se de indústria e de 10 a 49 quando Comércio e Serviços e nas médias empresas o número de empregados é de 100 a 499 para Indústria e de 50 a 99 para Comércio e Serviços. Já o BNDES classifica como empresa de pequeno porte aquelas cuja receita é maior que 2,4 milhões de reais e menor ou igual a 16 milhões de reais e as médias aquelas com receita maior que 16 milhões de reais e menor ou igual a 90 milhões reais. Segundo a Lei Complementar nº 139 de 2011, as pequenas empresas são as que têm a receita de 360 mil reais até 3,6 milhões de reais. Já a Resolução MERCOSUL GMC nº 59/98 as pequenas são aquelas com 11 a 40 empregados para Indústria e 6 a 30 para Comércio e Serviços; e faturamento anual de 400 mil dólares até 3,5 milhões de dólares para Indústria e de 200 mil dólares a 1,5 milhões de dólares para Comércio e Serviços. A existência dessas variadas definições vem do fato de que os objetivos das instituições que as promovem são diferentes; pode ser, por exemplo, concessão de crédito, regulamentação, estudos entre outros.

De acordo com o CPC PME as pequenas e médias empresas são empresas que: não têm obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. As empresas com obrigação de pública de prestação de conta são:

as quais, seus instrumentos de dívida ou patrimoniais são negociados em mercado de ações ou estiverem no processo de emissão de tais instrumentos para negociação em mercado aberto (em bolsa de valores nacional ou estrangeira ou em mercado de balcão, incluindo mercados locais ou regionais); ou possuir ativos em condição fiduciária perante um grupo amplo de terceiros como um de seus principais negócios. Esse é o caso típico de bancos, cooperativas de crédito, companhias de seguro, corretoras de seguro, fundos mútuos e bancos de investimento. (Conselho Federal de Contabilidade, 2014, p. 35).

Apesar de sua grande importância no contexto socioeconômico, as pequenas e médias

empresas encontram muitas dificuldades para a manutenção de seus negócios e conseqüentemente de sua sobrevivência. Ou seja, o índice de mortalidade destas empresas é alto.

Quanto às características das PME's, segundo Kassai (1996) citado por Gimenez e Oliveira (2011) nas PME's geralmente a administração é pessoal ou familiar, a capacitação profissional é não especializada o capital é concentrado a tomada de decisão é centralizada a estrutura organizacional é informal e simples, e flexibilidade é grande, os recursos humanos são limitados, produção para mercados locais ou especializados, proximidade do mercado e do cliente.

Cada uma dessas características pode representar vantagens ou obstáculos para as empresas. Pouca burocracia, rapidez de respostas, estrutura organizacional simples, podem representar uma grande vantagem, já limitação de recursos financeiros, baixo grau de diversificação produtiva, podem representar um alto grau de obstáculo ao crescimento dessas empresas.

As pequenas e médias empresas trazem contribuições para a economia nacional; elas são fonte de consideráveis atividades de inovação, o que contribui para o desenvolvimento do talento empreendedor e competitividade de exportação como base para uma futura expansão industrial elas também adicionam uma maior flexibilidade à estrutura industrial e promovem um grande dinamismo na economia.

3 CONTABILIDADE PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Uma vez identificado e estabelecido o porte da empresa, deve-se utilizar as normas contábeis próprias a ela. A NBC TG 1000 é o conjunto de normas contábeis que tangem as pequenas e médias empresas, dentro delas temos a relação de demonstrações, a maneira de escriturar e elaborar estas. Tem-se também o Pronunciamento às PME's que foi convertido na NBC T 19.41 conhecido como "Contabilidade das PME's". O objetivo dessas diferentes normas é influenciar de forma mais consistente em cada espécie e de fato ser de grande utilidade para os usuários da contabilidade.

3.1 Características qualitativas das informações contábeis, atendendo as PME's

As PME's, assim como as outras empresas, precisam das informações contábeis para suas tomadas de decisões, e dentro das demonstrações encontramos as características qualitativas, que segundo o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (2013) e o Conselho Federal de Contabilidade (2014), são:

- a) **Compreensibilidade:** apresentação de informações claras;
- b) **Relevância:** informações de importância para seus interessados;
- c) **Materialidade:** apresentação fiel e livre de erros, já que toda e qualquer informação pode ser importante para tomada de decisão, portanto, informação é algo material;
- d) **Confiabilidade:** a demonstração deve ser confiável;
- e) **Primazia da essência sobre a forma:** observância do princípio da oportunidade, onde se deve registrar o fato contábil mesmo que não haja temporária ou definitivamente documento probatório;
- f) **Prudência:** registrar com cuidado os valores que houver duplicidade, no caso do Ativo o menor, e no Passivo o maior;
- g) **Integralidade:** apresentação de demonstrações completas;
- h) **Comparabilidade:** os usuários devem ser capazes de comparar as demonstrações do presente período com as anteriores;
- i) **Tempestividade:** as demonstrações devem atender aos usuários nos momento(s) correto(s), na falta deste, os relatórios se tornam irrelevantes;
- j) **Equilíbrio entre custo e benefício:** os benefícios fornecidos pelas demonstrações contábeis devem ser maiores que o custo de produzi-las.

3.2 Conjuntos das demonstrações contábeis

Segundo Gimenez e Oliveira, por demonstrações contábeis compreende-se o conjunto de informações, compostas pela posição patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa; apresentadas pela empresa aos usuários externos da contabilidade.

As demonstrações que as empresas devem gerar ao final de cada exercício, como citado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (2013), são e devem conter no mínimo ou quando for o caso dependendo da atividade econômica o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e a Demonstração do Resultado Abrangente, a DMPL ou DLPA, a DFC, a DVA e as Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial (BP) que evidencia qualitativa e quantitativamente a posição patrimonial da empresa em determinada data, ele deve conter no mínimo as seguintes contas: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, ativos financeiros, estoques, ativo imobilizado, propriedades para investimento, ativos intangíveis, ativos biológicos, investimento em coligadas, investimentos em empreendimentos controlados em conjunto, fornecedores e outras contas a pagar, passivos financeiros, passivos e ativos relativos a tributos correntes, tributos diferidos ativos e passivos, provisões, participação de não controladores, patrimônio líquido pertencente aos proprietários da entidade controladora;

Demonstração do Resultado (DR) e Demonstração do Resultado Abrangente (DRA); a demonstração do resultado apresenta todos os itens da receita e despesa do período, segundo Breda (2014) na última linha deve aparecer o lucro líquido ou prejuízo, ou resultado dos acionistas, a partir do qual inicia a demonstração de resultado abrangente; a demonstração do resultado deve apresentar no mínimo as seguintes contas: Receitas, custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos, lucro bruto, despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais, parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial, resultado antes das receitas e despesas financeiras, despesas e receitas financeiras, resultado antes dos tributos sobre o lucro, despesa com tributos sobre o lucro, resultado líquido das operações continuadas entre outros itens de menor importância;

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): O lucro ou prejuízo do exercício, os efeitos do período, assim como suas destinações em contas como reservas ou entre os sócios/acionistas/proprietários da sociedade empresária. Caso algumas condições sejam obedecidas, em casos determinados a empresa poderá optar pela demonstração de lucros e prejuízos acumulados (DLPA).

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é a apresentação da variação do saldo de caixas e equivalentes durante certo período; a DFC mostra a entrada e saída de recursos das contas Caixa ou equivalentes de caixa, como forma de evidenciar onde foi aplicado ou quanto foi recebido de recurso financeiro. Segundo o Fipecafi (2010) citado por Gimenez e Oliveira, a DFC permite avaliar a capacidade de a empresa honrar seus compromissos, como a empresa está financiando suas necessidades de capital de giro e de investimento, a liquidez da empresa, entre outros.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) deve ser elaborada caso haja a obrigatoriedade perante lei ou órgão regulador, ou por vontade da própria instituição; evidencia quanto à empresa gerou para si própria, para seus empregados, o governo onde está inserida, as instituições financeiras ou seus financiadores e para seus proprietários. De acordo com Gimenez e Oliveira (2011) através da DVA “usuários das demonstrações contábeis obtêm informações de natureza econômica e social, com a possibilidade de contextualizarem a empresa dentro da sociedade em que está inserida”. Cunha, Ribeiro e Santos (2014) ainda aponta que a Demonstração do Valor Adicionado representa um novo rumo em comparação com as demais Demonstrações Contábeis:

Enquanto estas têm como foco principal de preocupação a evidenciação das informações sobre o lucro e sua forma de apuração, para os investidores, a DVA mostra, além do lucro dos investidores, a quem pertence a outra parte da riqueza gerada pela empresa, refletindo, ainda, uma preocupação empresarial que é nova, e baseada na responsabilidade social.(CUNHA 2002 p. 44 *apud* CUNHA, RIBEIRO e SANTOS, 2014 p. 10).

As Notas Explicativas (NE) devem demonstrar de forma clara todas as informações contidas em seus relatórios para, assim atingir de forma efetiva seus usuários e auxiliar na tomada de decisão. Segundo Gimenez e Oliveira as notas explicativas são complementares suplementares e integrantes às demonstrações contábeis, e de suma importância para compreensão da situação das empresas.

3.3 Planos de contas

O Plano de contas consiste na disposição sistemática das contas em consonância com o negócio da empresa, ele é um meio de registrar e identificar transações e eventos, o plano de contas possui uma indicação numérica com devida descrição e em uma sequencia lógica; na elaboração do plano de contas deve-se considerar a legislação vigente, as informações demandadas, a gestão da empresa, seu mercado de atuação, sua estrutura. A adequação do

plano de contas deve atender os propósitos e necessidades organizacionais, portanto este deve ser flexível.

A codificação das contas contábeis é realizada por níveis inicia-se pelo número 1 e assim sequencialmente, tem-se: o algarismo 1 para Ativo, 2 para Passivo e Patrimônio Líquido, 3 para Receitas e 4 para Despesas (ou 4 para Custos e 5 para Despesas). O segundo nível representa o subgrupo dos grupos acima citados, como por exemplo: 1.1 Ativo Circulante, 2.2 Passivo Não Circulante, Em seguida o terceiro e o quarto nível no quarto nível geralmente usam-se dois dígitos, de acordo com a necessidade da empresa.

3.4 Escrituração

Escriturar é registrar as contas de um estabelecimento em livros ou fichas, ou seja, o registro dos atos e fatos administrativos. Segundo Gimenez e Oliveira (2011) a escrituração contábil deve seguir determinadas regras, devem ser em idioma e moeda corrente nacional, em ordem cronológica de dia mês e ano, com base em documentos e na falta destes deve-se ter respaldo em elementos que comprovem e evidenciem os fatos e as práticas, etc.

Contempla a formalidade da escrituração contábil a escrituração do Livro Diário e do Livro Razão. O Livro Diário é destinado ao registro das transações diárias nele registram-se todas as transações realizadas pela empresa de forma individual e em ordem cronológica. O Livro Razão consiste na relação analítica dos lançamentos de uma conta em ordem cronológica, as contas posteriormente serão aglutinadas por grupo no balanço patrimonial. A Contabilidade possui outros livros obrigatórios tais como Livro Caixa, Livro Contas Correntes e Livros Registro de Duplicatas, tem-se ainda os livros exigidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tais como Livro de Registro de Entradas, Livro de Registro de Saídas, Livro de Registro de Apuração de ICMS, Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).

3.5 Sistemas Públicos de escrituração Digital - SPED

O SPED foi instituído pelo Decreto nº 6.022 de 2007, Segundo Gimenez e Oliveira (2011), o SPED é a substituição dos livros mercantis e fiscais por livros equivalentes digitais, cujos arquivos são enviados e validados por Programa da Receita Federal. Atualmente o Programa conta com os módulos: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Contábil Digital (ECD) Escrituração Fiscal Digital (EFD). Com previsão de outros módulos futuramente.

4 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL (SIC) NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME'S)

Com a intensificação da competitividade e com o recente processo de globalização, as empresas estão contando cada vez mais com os relatórios gerenciais em busca de informações que possam ser úteis para a tomada de decisões de uma forma geral. O Sistema de Informação Contábil (SIC), que é um componente dos sistemas de informação gerencial (SIG), é uma importante ferramenta no que diz respeito ao fornecimento de informações aos usuários internos e também externos da empresa.

Wilkinson, Cerullo, Raval e Wong-on-Wing (2000) citados por Gimenez e Oliveira (2011, p. 24), definiram SIC como: “uma estrutura unificada dentro de uma entidade, que utiliza recursos físicos e outros componentes para transformar dados em informação econômico-contábil, com objetivo de satisfazer as necessidades de informação de uma variedade de usuários”.

Na sociedade atual, é de fundamental importância que o trabalho empresarial se faça com base em informações suficientemente completas e precisas para que o desempenho da empresa seja o melhor possível, assegurando, assim, a sua sobrevivência e promoção no mercado. Entretanto, uma má informação pode possibilitar uma tomada de decisão equivocada ao ponto de deteriorar toda a estrutura de uma empresa, podendo colocar em jogo cada um dos seus componentes patrimoniais. A informação é um bem intangível e imensurável, porém, é de grande valor econômico se for útil, reutilizável e desejada. Portanto, a contabilidade é um importante instrumento de apoio às estratégias empresariais, independentemente do tamanho das mesmas.

Os usuários internos são os principais interessados no SIC e o utilizam para apoiar as operações cotidianas, apoiar os gestores na tomada de decisão e suprir os *stakeholders* com informações contábeis.

De uma forma geral, o SIC deverá ser composto pelos seguintes módulos:

- a) Controladoria: Enfoque no orçamento à curto prazo e direcionadas às informações dos itens “controláveis” do Balanço Patrimonial.
- b) Contabilidade Geral: Enfoque no registro contábil no que tange as normas internacionais, principalmente dos itens monetários do Balanço Patrimonial.
- c) Contabilidade Gerencial: Enfoque em informar e auxiliar a gestão administrativa empresarial, através principalmente das análises financeiras e econômicas.
- d) Contabilidade Estratégica: Enfoque nos orçamentos e programas à longo prazo.

- e) Contabilidade Patrimonial: Enfoque nos itens não monetários do Balanço Patrimonial.
- f) Contabilidade de Custos: Enfoque na apresentação das movimentações que acarretaram em custos e despesas.

O ponto é que, independentemente do tamanho da empresa em questão, o sistema de informação contábil tem enorme importância e responsabilização em seus devidos êxitos.

4.1 ERP - *Enterprise Resources Planning*

Os sistemas integrados ERPs, também conhecidos como Sistemas Integrados de Gestão Empresarial SIGE, podem ser definidos como sistemas de gestão, cujo objetivo é a integração de todas as informações necessárias a gestão, a serviço de todos os departamentos da empresa compartilhados em tempo real, a partir de uma única base de dados.

De acordo com Gimenez e Oliveira (2011 p. 30) primeiramente os esforços de vendas dos ERP eram voltados às grandes empresas, devido ao desenvolvimento tecnológico e as limitações de mercado, atualmente tem-se ERPs direcionados as PMEs, são ERPs mais baratos com maior facilidade de implantação.

A adoção de um ERP afeta a empresa em todas as suas dimensões, culturais, organizacionais ou tecnológicas, por isso é necessário uma preparação. Esses sistemas controlam toda a empresa, da produção às finanças, registrando e processando cada fato, por isso inicialmente é necessária uma parametrização em todos os módulos do ERP

Ao adotar um ERP, o objetivo básico não é colocar o software em produção, mas melhorar os processos de negócios usando tecnologia da informação. Mais do que uma mudança de tecnologia, a adoção desses sistemas implica um processo de mudança organizacional. (LIMA et al. 2000 *apud* MENDES e ESCRIVÃO FILHO 2002, p 278).

Dentre as vantagens dos ERPs Segundo Lima et al. (2000), a documentação e contabilização dos processos por intermédio do ERP permitem controle mais sua adoção constitui excelente oportunidade para modernização tecnológica sendo os relatórios gerados com maior controle e rapidez

Para Souza & Zwicker (2000) citado por Mendes e Escrivão Junior (2002, p. 284), além das vantagens citadas tem-se: possibilidade de integrar os departamentos, permitir atualização da base tecnológica e reduzir custos de informática decorrentes da terceirização do desenvolvimento do sistema. Para obter os benefícios é preciso encará-lo como um projeto em evolução contínua e tomar as medidas gerenciais necessárias. Para a confirmação dessas vantagens é necessário um planejamento.

5 TRIBUTAÇÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Entender os tributos é uma maneira de evitar problemas com o Fisco, dentre as obrigações do contador está a apuração e preparação das guias de recolhimento dos tributos pelas empresas. No Brasil temos as seguintes espécies de tributos: os impostos, as taxas, a contribuição de melhoria o empréstimo compulsório e as contribuições especiais. É importante também saber alguns conceitos relevantes como obrigação principal que é a obrigação com finalidade de pagamento e surge com o fato gerador, a obrigação acessória que decorre da legislação e objetiva assegurar a arrecadação e a fiscalização dos tributos.

De acordo com Gimenez e Oliveira (2011) segundo a categoria econômica podemos dividir os tributos em seis grupos: tributos sobre compra e venda de mercadorias, como por exemplo, o Imposto sobre Produtos Industriais IPI; tributos sobre mão de obra, como o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN; tributos sobre insumos ou gastos operacionais; tributos sobre o lucro; tributos sobre operações financeiras; e tributos sobre a propriedade.

Quanto à contabilização dos impostos tem que se ter o conhecimento quanto a sua cumulatividade ou não cumulatividade. Imposto não cumulativo é aquele que resultam da diferença a maior entre o imposto dos produtos saídos na empresa e o pago pelos produtos que na empresa entraram, durante as etapas anteriores da produção ou comercialização; como exemplo de impostos não cumulativos tem-se o ICMS e o IPI. Já os impostos cumulativos são aqueles que incidem em todas as etapas do processo produtivo e/ou de comercialização

O Brasil tem uma das maiores carga tributária do mundo, já que sua maior fonte de receita é de origem tributária, porém há de se ressaltar um tratamento diferenciado com as pequenas empresas, por parte do governo, pois é adotada uma carga tributária mais moderada. As pequenas empresas, com algumas exceções, em virtude de atividades não permitidas pela legislação, participam do sistema “Simples Nacional” de tributação, que se trata de uma forma simplificada de recolhimento de tributos, além de ter alíquotas mais razoáveis, conforme a atividade desenvolvida.

Já com relação à média empresa, estas ficam proibidas de aderir ao Simples Nacional, e se veem obrigadas a optar pelas outras formas de tributação, ou seja, o lucro real, o lucro presumido ou o arbitrado.

5.1 Lucro real, lucro presumido e lucro arbitrado

O lucro real é o lucro líquido do exercício, apurado com base nos preceitos legais, ajustados pelas devidas adições, exclusões e compensações prescritas pela legislação tributária. É determinado de acordo com a escrituração que a empresa deve manter. Sobre o Lucro real a pessoa jurídica aplica 15% de alíquota específica para apurar o Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica IRPJ e adicionalmente 10% sobre o que exceder 20 mil reais pelo número de meses respectivos do respectivo período de apuração.

O lucro presumido consiste na aplicação de um percentual sobre as vendas realizadas, não considerando o lucro realizado no período. Podem optar pela tributação pelo lucro presumido as pessoas jurídicas cuja receita bruta total tenha sido inferior a 48 milhões de reais, no exercício no ano-calendário anterior, ou 4 milhões multiplicados pelo número de meses de atividade no calendário anterior; e as que não estejam obrigadas ao lucro real em função da atividade exercida, da contribuição societária ou natureza jurídica.

O lucro presumido destina-se ao cálculo do imposto de renda sobre a pessoa jurídica e a contribuição social, com os demais tributos são obrigadas a contribuir segundo a legislação vigente. A alíquota aplicada é variável de acordo com a atividade da empresa.

O lucro arbitrado é utilizado principalmente pela autoridade tributária, ou seja, o sujeito ativo, quando a pessoa jurídica deixou de cumprir com as regras principais para fins de determinação do IRPJ pelo lucro real ou presumido ou não possuir as obrigações acessórias necessárias do lucro real ou do presumido. Há ainda hipóteses de arbitramento, previstas na legislação fiscal em que é autorizado o que é chamado de auto arbitramento.

O critério utilizado para a apuração do lucro arbitrado é a aplicação de alíquotas sobre a receita bruta, quando conhecida, ou segundo a natureza da atividade econômica explorada e quando desconhecida a receita bruta sobre valores e bases fixados pela legislação fiscal.

3 ESTUDO DE CASO EMPRESA ALFA PEÇAS DIESEL

A empresa Alfa Peças Diesel Limitada é uma pequena que vende peças, localizada na Rodovia BR 381, nº 381, loja 01, Inconfidentes em Contagem, Minas Gerais, CEP.: 32223-570.

A contabilidade da empresa é terceirizada, realizada por um escritório de Contabilidade, são gerados semestralmente relatórios com o fluxo de caixa e parecer do contador quanto à finança da empresa, e anualmente são elaborados o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido e Demonstrac o do Lucro e Prejuízo Acumulado. A empresa não elabora a Demonstrac o do Valor Adicionado

Dentro do setor financeiro a um funcionário responsável voltado para a análise dos relatórios, que discute junto aos administradores as melhores decisões a serem tomadas, lava-se em considera o principalmente a questão do fluxo de caixa e saúde do passivo circulante. Na empresa apesar de ser a Contabilidade voltada para atender principalmente o fisco, atualmente usam-se também as informa es contábeis para buscar melhorar o desempenho.

Quanto   forma de tributa o a empresa   optante pelo Simples Nacional, pois   a forma mais vantajosa para a empresa.

A empresa por ser pequena, destaca a dificuldade em rela o a obten o de recursos financeiros, pois as grandes empresas do setor possui mais recursos e nome que a mesma, o que   uma dificuldade ao seu crescimento. Outra dificuldade   atrair os clientes e buscar a fidelidade destes, já que as pessoas tendem a buscar as empresas que tem nome no mercado.

Atualmente a empresa utiliza um ERPs, simples, com sistema de controle de estoque e vendas. A empresa emite nota fiscal eletr nica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas de pequeno e médio porte têm características próprias, e são classificadas por órgãos, instituições e pelo governo de acordo com critérios próprios de classificação. Percebe-se que cabe ao contador conhecer e entender as particularidades das pequenas e médias empresas de forma que possa atender melhor as necessidades dos usuários da Contabilidade.

Vê-se que essas empresas são obrigadas a elaborar algumas demonstrações contábeis como o Balanço Patrimonial, A Demonstração de Resultado, a Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido, a Demonstração de Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas; e outras a elaboração é facultativa na maioria dos casos, como por exemplo, a Demonstração do Valor Adicionado, mesmo sua elaboração sendo facultativa é de sumo interesse sua elaboração devido ao seu conteúdo informacional, que habilita uma análise da contribuição social da empresa.

A elaboração de todas as demonstrações contábeis é aconselhável desde que seja útil e de que o benefício seja maior que o custo, a empresa pode adotar uma contabilidade mais simplificada, em consonância com sua estrutura e com as necessidades organizacionais, porém nota-se que a Contabilidade deve ser utilizada também como instrumento de gestão e não apenas para atender ao Fisco.

As pequenas e médias empresas também devem ter conhecimento acerca dos tributos, e da forma de tributação que estão sujeitas de acordo com a legislação fiscal.

Elas podem também adotar Sistemas de Informações Contábeis SICs ou Sistemas de Integração ERPs, de acordo com suas atividades, tendo em vista que hoje em dia existem softwares mais baratos e simples voltados para as PMEs, e que este integram todos os departamentos da empresa e auxilia na gestão.

REFERÊNCIAS

BREDA, Zumir. **Contabilidade para pequenas e médias empresas**. Porto Alegre: CRCRS, 2011. Disponível em: www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_contabilidadePME.pdf. Acesso em 03 mar 2014.

Conselho Regional de Contabilidade do Paraná **Práticas contábeis aplicadas: às PME, ME, EPP e entidades sem fins lucrativos**. Curitiba: CRCPR, 2013. Disponível em: www.crcpr.org.br/new/.../2014_02_05_praticas_contabeis_pme.pdf. Acesso em 02 mar 2014.

Conselho Federal de Contabilidade. **Contabilidade para pequenas e médias empresas: normas brasileiras de contabilidade: NBC TG1000**. 2. ed. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: portalcfc.org.br/.../Contabilidade-para-pequenas-e-medias-empresas.pdf. Acesso em 04 mar 2014.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza, SANTOS, Ariovaldo dos. **A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772005000100001&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 02 mar 2014.

FARIA, Camilla Teles de Araújo; SILVA, Denise Mendes da. **A adoção do cpcpme – contabilidade para pequenas e médias empresas**. R. Cont. Ufba, Salvador, v. 8, n. 3, p. 75 - 91, set-dez 2014. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/9794/9104>. Acesso em: 09 mar 2014.

GIMENEZ, Levi; OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Contabilidade para gestores: uma abordagem para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2011.

MENDES, Juliana Veiga; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. **Sistemas integrados de gestão erp em pequenas empresas: um confronto entre o referencial teórico e a prática empresarial**, Gestão e produção. v.9, n.3, p.277-296, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v9n3/14570.pdf>. Acesso em: 06 mar 2014.

REIS, Fernanda Freitas Pereira dos; CAMPOS, Jonas Comin de. **A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**. Disponível em: www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/.../inic/INICG00023_01C.pdf. Acesso em: 06 mar 2014.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro Da. **Manual de contabilidade para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2013.